



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 08230.004701/2025-82
Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – SR/PF/AL

Recorrida: WNS Serviços e Locações Ltda., CNPJ nº 11.486.088/0001-10

Recorrente: Ativa Serviços Gerais LTDA., CNPJ nº 40.911.117/0001-41

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Polícia Federal
Superintendência Regional em Alagoas – PF/AL

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro,

A empresa **WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, já devidamente qualificada nos autos, vem, respeitosamente, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. SÍNTESE DO RECURSO

A Recorrente sustenta que a WNS não cumpriria as cotas legais de PCD e Aprendiz, alegando que a declaração apresentada seria insuficiente e mencionando suposta “irregularidade” em certidões emitidas pelo MTE.

Contudo, como se demonstrará, tais alegações não procedem.

2. DA REGULARIDADE DA HABILITAÇÃO E DO PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL

A WNS apresentou **todos os documentos previstos** no instrumento convocatório, inclusive **declaração expressa de atendimento às obrigações sociais e trabalhistas**, exatamente como exigido pelo edital e pelo art. 63 da Lei 14.133/2021.

O próprio recurso reconhece que o edital **não exigia** a apresentação das certidões de PCD e Aprendiz na fase de habilitação, sendo **incabível exigir documento não previsto** (art. 70, III, da Lei 14.133/2021).



3. DA DECLARAÇÃO FORMAL JÁ ENVIADA À ADMINISTRAÇÃO – BOA-FÉ, TRANSPARÊNCIA E ADEQUAÇÃO

Importante destacar que **antes mesmo da interposição do recurso**, a WNS apresentou à equipe de pregão **declaração formal assinada pela proprietária da empresa**, Sra. **Wilma Nogueira da Silva**, com todas as informações pertinentes sobre:

- cumprimento das cotas legais de PCD e Aprendiz;
- aumento recente do quadro de funcionários decorrente de novos contratos;
- impacto temporário na base de cálculo das cotas;
- existência de empregados PCD no quadro atual;
- ações concretas de recrutamento, acessibilidade, parcerias e inclusão;
- compromisso de manutenção do percentual legal.

Essa declaração foi apresentada **em atendimento à solicitação da própria equipe de pregão**, demonstrando transparência, coerência e boa-fé.

Além disso, a declaração trouxe expressamente **o entendimento consolidado do TCU**, citando, entre outros:

– **Acórdão 1.520/2016 – Plenário/TCU**, reconhecendo que a eventual insuficiência temporária da cota, decorrente de aumento do quadro de pessoal, **não pode gerar penalidade** quando há adoção de medidas concretas de adequação.

– **Acórdão 1.214/2013 – Plenário/TCU**, que orienta a Administração a observar o princípio da razoabilidade e o caráter progressivo do cumprimento da cota.

Ou seja:

- ✓ A WNS **se antecipou**, esclareceu, justificou e apresentou fundamentos legais;
- ✓ A Administração foi plenamente informada;
- ✓ Não houve omissão nem má-fé;
- ✓ A empresa **tem PCD e aprendizes contratados**, com documentos anexos;
- ✓ A oscilação pontual das certidões é fato técnico normal e já explicado

Portanto, a declaração previamente apresentada pela WNS **já havia afastado qualquer dúvida na fase de habilitação**, o que torna o recurso ainda mais improcedente.



4. DA VERACIDADE DO CUMPRIMENTO DAS COTAS E DA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

A WNS anexou aos autos:

- **contratos de aprendizes ativos**, e
- **contratos de funcionários PCD**,

demonstrando de forma objetiva que **não há descumprimento das cotas legais**.

As alegações da Recorrente baseiam-se apenas em consultas pontuais ao sistema do MTE, cuja atualização se dá a cada **72 horas**, e que naturalmente varia em razão da **alta rotatividade típica do setor de terceirização**, especialmente durante mobilização de novo contrato.

Essa flutuação não configura irregularidade.

5. DA REALIDADE OPERACIONAL DURANTE A FASE PRÉ-CONTRATUAL

Reitera-se que:

1. as cotas são calculadas sobre o **total de empregados da empresa**, número extremamente dinâmico;
2. a mobilização de equipes só ocorre **após adjudicação e assinatura**, quando o órgão confirma os quantitativos definitivos;
3. novos contratos, como o presente, aumentam subitamente a base de cálculo, levando a uma fase natural de **readequação progressiva**.

A WNS já possui PCD e Aprendizes em seu quadro e adota medidas permanentes de recrutamento e inclusão. Portanto, não existe risco de descumprimento.

Nada na legislação exige que a empresa mantenha **durante a fase de habilitação** o percentual final de cotas projetado para um contrato **ainda não iniciado**.



6. DA IMPOSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO OU EMPRESAS CONCORRENTES ALEGAREM DESCUMPRIMENTO DA COTA PCD

A fiscalização do cumprimento da cota prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 **não é atribuição da Administração contratante**, muito menos das empresas participantes.

A competência para fiscalizar e aplicar eventuais penalidades é exclusiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 36 do Decreto nº 3.298/1999.

Portanto:

- Empresas concorrentes **não possuem legitimidade** para alegar descumprimento da cota;
- O pregoeiro **não pode aplicar penalidade ou inabilitar** empresa com base em suposição de irregularidade que depende de aferição técnica do MTE;
- Não existe qualquer ato formal do órgão fiscalizador que declare irregularidade da WNS.

Trata-se de alegação **sem valor jurídico**, voltada apenas a tentar criar obstáculo competitivo.

7. DA COMPROVADA REGULARIDADE JUNTO AO MTE

A WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA declara e reforça que:

- **Nunca foi multada** pelo Ministério do Trabalho;
- **Nunca foi notificada** por descumprimento da cota legal;
- **Sempre manteve regularidade trabalhista e social**, inclusive atendendo integralmente a todas as fiscalizações;

8. DA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO

A Recorrente:

- não apresentou prova de irregularidade atual;
- ignorou a declaração formal já enviada pela WNS;



- pretende impor ao edital exigências **que ele não contém**;
- desconsiderou jurisprudência consolidada do TCU.

Assim, inexistente qualquer fundamento para modificar a decisão do Pregoeiro.

9. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. **O NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo;
2. A manutenção integral da **habilitação da WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**;

Termos em que,
Pede deferimento.

WNS Serviços e Locações Ltda.
CNPJ nº 11.486.088/0001-10